

Publicação do
Sindicato dos Arquitetos
do Distrito Federal

TRIBUNA LIVRE

Nº 3
Junho/Julho 1985

2.º Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília



Manifestação na Vila Paranoá pela água



Debate sobre o Tombamento do Plano Piloto no Sindicato.

Em Debate:
"A Cidade e a Constituinte"

2º Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília

Com um debate sobre "A Cidade e a Constituinte", lançando o programa do "Grito da Cidade" no Distrito Federal, será aberto no próximo dia 16 de agosto, sexta-feira, às 20 horas, no auditório do CONFEA (508 Norte), o 2º Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília. Para esse debate, o Sindicato dos Arquitetos convidou o Presidente da Federação das Associações de Moradores do DF, Eurípedes Pedro Camargo, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores do DF (CUT-DF), Francisco Domingos, e o Presidente em exercício da Federação Nacional dos Arquitetos, Newton Burmeister.

O 2º Encontro prosseguirá no dia 17, sábado, às 9 horas, também na sede do CONFEA, fazer um balanço da atividade do Sindicato e da implantação das resoluções do 1º encontro, realizado em novembro do ano passado, definindo as novas diretrizes para a atuação da entidade. Além disso, será discutido o temário do 10º ENSA — Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, que se

realizará dias 6, 7 e 8 de setembro em Salvador, Bahia.

O arquiteto associado ao Sindicato poderá inscrever-se como participante do Encontro, com direito a voto e voz nas comissões e plenárias, e os estudantes de arquitetura da Universidade de Brasília poderão inscrever-se como observadores, com direito a voz.

A pauta do 2º encontro terá duas partes distintas, a primeira dedicada à preparação do 10º ENSA, com a discussão do seu temário, e a segunda consagrada às questões específicas dos arquitetos de Brasília e seu Sindicato:

A. Propostas para o 10º ENCONTRO NACIONAL DE SINDICATOS DE ARQUITETOS (ENSA), cujo temário é resumidamente o seguinte:

- XII Congresso Brasileiro de Arquitetos — Teses dos Sindicatos, Associações Profissionais e da Federação Nacional de Arquitetos.

1. Legislação e Relações Profissionais e Trabalhista.
2. Organização e Movimento Sindical.
3. Formação Profissional
4. Movimento Político
5. Informes/Moções.
- Eleição dos delegados de Brasília ao 10º ENSA, em número de 03 (três)

B. Propostas para o Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal:

1. Problemas do exercício profissional e relações de trabalho.
2. Relação com outras categorias, movimento sindical e articulações inter-sindicais (conforme decisão do 1º Encontro, será avaliada e submetida a votação a filiação do Sindicato Central Única dos Trabalhadores — CUT). Relação com a comunidade.
3. Plano de atuação e estruturação do Sindicato.

Nós e a Constituinte - II

O SADF uma vez mais comprometido com os movimentos que visem a fortalecer efetivamente a Democracia no Brasil, inicia a campanha "O GRITO DA CIDADE". Esse movimento visa a mobilizar a população para a Constituinte. O principal objetivo é traduzir numa proposta para a Assembléia Nacional Constituinte soluções e encaminhamentos para as questões do espaço habitado.

A FNA encaminhou a todas as entidades do movimento comunitário, sindical e todas as categorias afins uma proposta de condução dos trabalhos.

O SADF já arregaçou as mangas. A Comissão de Constituinte (aberta à participação de todos) entende que há fundamentalmente duas frentes de trabalho: uma, mais específica da categoria que

abordaria os aspectos que nós, enquanto técnicos pela formação profissional, temos o dever de aprofundar e detalhar: as questões do contexto urbano, enfim definições de elementos que modifiquem efetivamente a degradação social a que vem sendo submetida a população brasileira. Que venha a trazer mudanças reais na atual política que leva populações inteiras a viver sem as menores condições que garantam um mínimo padrão de dignidade de morar, de viver. Nessa perspectiva é importante que essa abordagem leve ao equacionamento de uma justa ocupação do espaço, que garanta a terra, o acesso à infra-estrutura e habitação à população em sua maioria marginalizada. É importante observar que essa abordagem deve ser detalhada para que a política urbana não

seja baseada em concepções vagas e assim não se converta em título abrangente e superficial na Constituição. Não devemos deixar de agregar idéias. A Constituição pode e deve explicar de forma precisa as condições de moradia da população brasileira.

A outra frente de trabalho para a Comissão e aí se dará efetivamente o "GRITO DA CIDADE" é a de levar toda essa discussão à comunidade nas Associações, nas Super Quadras, nas praças, levando a que todos se manifestem.

Nesse sentido a Comissão espera que os arquitetos venham a engrossar fileiras nesse trabalho. É fundamental que se mergulhe fundo na consolidação desta proposta.

Nossas reuniões são as 5ª feiras às 19:00 hs na sede (L/2 Sul)

TRIBUNA LIVRE

Publicação do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal

Jornalista responsável: Nise Quintas
Diretora responsável: Arq. Regina Stella Fittipaldi

Sede: SGAS — Quadra 603, Lote 21
Tel.: 223-5903
CEP: 70200 Brasília-DF

Reuniões: Quintas-feira, 20 horas.

Impresso na Gráfica do Sindicato dos Bancários de Brasília

As matérias assinadas por seus autores não expressam necessariamente o ponto de vista do Sindicato ou de sua Diretoria.

DIRETORIA DO SADF

Efetivos

Orlando Cariello Filho
Luiz Otávio Chaves
Luana Le Roy
Rejane Jung Vianna
Luiz Philippe Peres Torelly
Paulo Henrique Veiga
Luiz Alberto de Campos Gouvêa

Suplentes

Claudia Marina Vasques
Luisa Regina Pessoa
Regina Stella Fittipaldi
Daniel Mendes
Fernando Saraiva
Joaquim Vieira da Silva Filho
Sílvio Cavalcante

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Aleixo Anderson Furtado
Vera Braun Galvão
Antônio Carlos Moraes de Castro

Suplentes

Zilah Magalhães
Carlos Alberto Tinoco Marques
Luciana Lopes Rocha

REPRESENTANTES NA FNA

Efetivos

Orlando Cariello Filho
Paulo Henrique Veiga

Suplentes

José Roberto Silva de Domenico
Marco Antônio Galvão

O TRIBUNA LIVRE está aberto à participação dos arquitetos.

O Sindicato discute a Cidade



Debate sobre a Vila Paranoá na Sede do Sindicato

O Sindicato dos Arquitetos do DF foi procurado, na semana passada, pelo Clube de Mães da Vila do Areal, para discutir o Plano Águas Claras e os projetos de fixação elaborados pelo GEPAFI/SHIS. Este, na verdade, é o resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido, desde o ano passado, pela Comissão Cidade, criada durante o 1º Encontro Sindical dos Arquitetos, em setembro/84.

A Comissão Cidade tem por objetivo maior movimentar as discussões, dentro do Sindicato, a cerca de problemas urbanos no DF, ampliando, assim, as perspectivas de participação do profissional na busca de soluções, em conjunto com a população. Isso pode ser verificado quando os comerciantes da Rodoviária nos procuraram para que opinássemos sobre a alteração dos boxes daquela estação quando, de fato, deu-se início aos trabalhos da Comissão.

Foi realizado um debate sobre a questão, com a apresentação do projeto e a presença do DAU-GDF, SPHAN, IAB-DF, IAU-UnB e um grupo de arquitetos, além da Associação dos Comerciantes da Rodoviária. A partir da divulgação dos resultados desse debate, em toda a imprensa brasileira, inúmeros outros debates foram realizados e, o mais importante, a partir da convocação da própria população que tem, inclusive, solicitado nossa presença em quase todos os eventos que vem acontecendo nas várias comunidades.

Com essas atividades, o Sindicato ganhou um espaço respeitável junto aos órgãos de divulgação, fazendo com que a própria população passasse a reconhecer a validade e o peso da opinião dos arquitetos a cerca dos

problemas urbanos e arquitetônicos da cidade. Logo em seguida, a Associação dos Inquilinos da Ceilândia aproximou-se do Sindicato, através da Comissão Cidade, para discussão do Projeto de Ampliação do Setor "O". Convocados os setores competentes e responsáveis pelo projeto, fomos à Ceilândia para debate com as lideranças locais e diretorias da Associação do Setor "O" e Inquilinos da Ceilândia.

E assim, sucessivamente, foram realizados debates sobre a urbanização e assentamento da Velhacap e Candangolândia, a urbanização e fixação da Vila Paranoá, sobre a questão do tombamento do Plano Piloto, onde estiveram presentes a Associação dos Moradores de Planaltina, Associação dos Incansáveis da Ceilândia, Associação dos Moradores da Candangolândia, Clube de Mães do Areal, Associação dos Moradores do Paranoá, Comissão Pró-fixação da Velhacap, além de secretários de Governo do DF, entidades profissionais e sindicais, redes de televisão e jornais, deixando lotada a sede do Sindicato.

Ficou claro que a aproximação do Sindicato com as Associações de Moradores fez crescer um sentimento de que o confronto entre o saber técnico e o saber popular, pode alimentar eficazmente ambas as partes para que, de fato, as propostas e soluções surjam adequadas à realidade. Um dado importante é que estes debates ajudaram em muito as Associações de Moradores em sua argumentação, junto aos órgãos governamentais, na luta por suas reivindicações imediatas.

Não foi muito fácil definir a estratégia de atuação, nem tão pouco a atribuição de uma comissão como a que se propunha. Alguns achavam que seria uma comissão que trataria da questão urbana como um todo, procurando direcionar as discussões para a definição de uma política urbana para o DF. Pensava-se, inclusive, em delimitá-la à questão da habitação. Outros pensavam ser esta a chance para a formação de uma comissão de assessoria técnica às comunidades pobres, a exemplo de experiências em Porto Alegre e São Paulo, mas que contrapunha-se a política do próprio Sindicato na luta pela remuneração por todo trabalho profissional do arquiteto na cidade.

A rotina da comissão, hoje, é de, ao ser solicitada por qualquer entidade a opinar sobre um determinado assunto, organizar uma primeira reunião preparatória ao debate, com a apresentação de projetos e com a presença dos órgãos ou profissionais envolvidos com a questão. Brevemente estaremos fazendo uma avaliação dos resultados efetivos dos trabalhos da Comissão, no sentido de detectar, junto às populações, quais soluções resultaram da nossa contribuição em seus movimentos reivindicatórios.

Essas atividades nos levaram a organizar, para o início deste semestre, um grande seminário sobre a política habitacional no DF e que, de alguma forma, contribuirá efetivamente na definição de uma política urbana para o DF, na luta por uma constituinte livre e soberana, e na conquista de alguns direitos básicos da população urbana na nova carta constitucional.

ARQUITETO

Participe do Sindicato

Um Arquiteto na SVO

NISE QUINTAS

"A desigualdade salarial existente entre os arquitetos contratados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) está errada e deve ser corrigida. A categoria realmente ganha mal e afirmo que estarei com os arquitetos, lado a lado, para uma solução do problema". A afirmação é do secretário Carlos Magalhães da Silveira, da Secretaria de Viação e Obras (SVO), referindo-se aos técnicos ligados ao planejamento no GDF, que trabalham envolvidos em semelhantes atribuições e responsabilidades profissionais, mas em condições salariais absolutamente desiguais.

Segundo Magalhães, os arquitetos no GDF recebem bem menos que os profissionais da Novacap, Terracap e DER. Em razão deste fato, a SVO, em conjunto com o Sindicato dos Arquitetos, está realizando um trabalho de levantamento de toda a situação salarial da categoria junto ao GDF. "Após a conclusão dos trabalhos, e diante dos números apresentados, encaminharei o documento à Secretaria de Administração", afirmou o Secretário. "Infelizmente não está em minhas mãos decidir sobre o problema, mas o que eu puder fazer para tentar corrigir essa distorção, eu farei", acrescentou.

No que diz respeito ao piso salarial da classe, Magalhães afirmou que o problema maior, a seu ver, não é o valor do piso, especificamente, mas sim o global que o profissional irá receber. "O importante, na verdade, é o total que o arquiteto receberá ao final do mês", disse ele. "Acredito que o seu desejo maior é ver aumentado o total do seu salário, independentemente do piso e das porcentagens que ele venha a ganhar", ressaltou Magalhães.

Com relação ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o secretário de Viação e Obras referiu-se aos demais conselhos existentes no país onde "o processo de nomeação de seus integrantes é o mesmo, através da indicação por parte do governador". "Os componentes do CAU, hoje, são pessoas competentes, com grande experiência profissional e, o mais importante, são grandes conhecedores de Brasília", afirmou Magalhães.

"Posso afirmar, com toda convicção, que jamais deixaremos fazer o que fizeram com a cidade anteriormente, onde aconteceram grandes distorções, a sua maioria referendada pelo CAU", acrescentou.

O último trabalho desenvolvido pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), em convênio com a UnB, foi aquele denominado "Diretrizes de Planejamento de Desenho Urbano para os Núcleos Urbanos do DF", convênio este encerrado há aproximadamente cinco meses. Segundo o secretário Carlos Magalhães, a SVO pretende executá-lo no tempo devido caso ele faça parte dos programas do governo. "Este documento ainda não foi discutido, assim como inúmeros outros. No entanto, não há dúvidas que todos serão examinados", afirmou o secretário, ressaltando que os arquitetos de Brasília terão sua participação nestes estudos através do CAU.

No que diz respeito ao problema cada vez mais crescente de invasões no Distrito Federal, Carlos Magalhães faz uma análise bem mais abrangente. A seu ver, o problema não é brasileiro e sim brasileiro. "O país inteiro tem enfrentado esse problema nos dias de hoje. A solução, na verdade, é dar trabalho, melhorar o nível de vida da população com uma justa distribuição de renda, transformar o programa habitacional numa coisa realista onde a prestação da casa se equipare ao nível salarial do trabalhador, entre outras medidas", explicou Magalhães. "Não sei, ao certo, até que ponto é válida a transferência pois quanto mais se transfere mais cresce o número de pessoas necessitadas de moradia", acrescentou. "E, por outro lado, quando se propõe a fixação da invasão, estamos trabalhando em benefício dos especuladores porque eles serão os donos destes terrenos. Daí a minha afirmação de que a verdadeira solução do problema de invasões não são as transferências ou fixações mas sim a transformação da sociedade, como um todo". A este respeito a SVO em conjunto com o Prof. Lúcio Costa vem estudando uma proposta de um novo planejamento habitacional para atender às populações de baixa renda; em princí-



Carlos Magalhães

pio seria a criação de núcleos habitacionais ao longo das ligações Plano Piloto e Satélites, mudando o princípio de colocar essas pessoas cada vez mais longe, implantando os núcleos próximos. Maiores detalhes serão dados oportunamente pelo Governador.

Por fim, o Código de Edificações de Brasília que, segundo Magalhães, será total e permanentemente revisto. "Pretendo revê-lo constantemente", afirmou o secretário. "O DLFO, o DAU e o CAU irão realizar esse trabalho de revisão, trabalho da maior importância pois, a meu ver, todo código de edificações merece ser sempre rejuvenescido, acompanhando o crescimento e a evolução da cidade ao longo do tempo", concluiu. Neste sentido, está sendo estudada inclusive uma reavaliação dos critérios de uso vigentes na zona Central de Brasília.

Arquitetos em greve na Fundação Hospitalar

Em maio à greve dos trabalhadores da saúde, que paralisou a Fundação Hospitalar do DF em junho, os arquitetos não se omitiram: no dia 20 de junho, através do Sindicato, divulgaram a sua "Declaração de Greve", anunciando que paralisavam suas atividades em solidariedade ao movimento iniciado pelos médicos e depois ampliado a outras categorias.

A "Declaração de Greve" reclamava a restituição da "dignidade e o valor do trabalho de todas as categorias trabalhadores" do órgão, com a reposição das perdas salariais dos últimos anos e o cumprimento da legislação que instituiu o Salário Mínimo Profissional dos arquitetos e engenheiros. O documento reivindicava a democracia na Fun-

dação Hospitalar, com a realização sistemática de eleições para as chefias de todas as unidades, seções, serviços, divisões, departamentos e a presidência da FHDF.

Entre as bandeiras firmadas no movimento, que contou com o respaldo do Sindicato e a solidariedade da Federação Nacional dos Arquitetos, estavam ainda a emancipação política do DF, eleições diretas em todos os níveis, o fim das práticas autoritárias e melhores condições de trabalho e salário para o trabalhador da saúde. Com os acordos firmados pelas maiores categorias da FHDF, assegurando a reposição salarial de 15 por cento em julho, 10 por cento em outubro e 15 por cento em dezembro, e o cumprimento do SMP, os arquitetos voltaram ao trabalho.

NOVACAP quer reposição e reajuste trimestral

A reposição salarial de 45 por cento — idêntica à concedida aos trabalhadores das Fundações Hospitalar e Educacional — o reajuste trimestral, com base no índice de 100 por cento do INPC, produtividade de 2 por cento, são algumas das reivindicações dos servidores da NOVACAP, firmadas em Assembléia Geral que reuniu cerca de 800 funcionários.

Além disso, foram levantadas diversas reivindicações referentes às condições de trabalho na Empresa, que reúne hoje perto de 3 mil trabalhadores. A Associação dos Servidores já encaminhou a Pauta aprovada à Administração da NOVACAP e os funcionários aguardam a resposta para decidirem os rumos da campanha salarial.

O novo CAU: expectativas

Uma das primeiras medidas do Governador José Aparecido foi trazer para sua assessoria o arquiteto Oscar Niemeyer. Em seguida, o Governador anunciou a reformulação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com a inclusão de inúmeros arquitetos e a criação de duas câmaras — a de Arquitetura e a de Urbanismo.

O arquiteto José Carlos Coutinho, Presidente do Departamento de Brasília do Instituto de Arquitetos do Brasil, foi convidado a integrar o CAU, transferindo, entretanto, essa participação, à entidade que dirige.

O IAB-DF elegeu, em Assembléia Geral que reuniu perto de cem arquitetos, o seu representante no CAU — Paulo Zimbres. O TRIBUNA LIVRE colheu os depoimentos de Paulo Zimbres e do Presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF sobre as perspectivas do CAU e da participação dos arquitetos.

Zimbres: maior democracia

O CAU hoje tem em seu corpo mais arquitetos, o que é uma reclamação anterior atendida. Antes o CAU era muito deliberativo no meu entender e acredito que agora venha a ser mais democrático, ou seja, venha a opinar sobre as soluções, instrumentar a população, que deve ser ouvida sobre tudo o que lhe diga respeito.

Estamos melhor representados, mas é preciso colocar o CAU como elemento adequado dentro da estrutura decisória do DF, nunca substituindo câmaras ou qualquer outro meio pelo qual a comunidade possa se expressar e decidir.

Espero muito do CAU na Nova República, pois agora não se trata mais de construir uma cidade nova, mas respeitar uma sociedade que tem muito o que dizer sobre o espaço que se cria. Em todas as cidades brasileiras, os conselhos técnicos opinam sobre matérias já legisladas ou que serão objeto de legislação. Dentro dessa perspectiva, para o bom funcionamento do CAU essas outras instâncias devem ser criadas.

Hoje se debate sobre a Constituinte, sobre a representação política para o DF. Gostaria também que fosse assegurada a participação de outros segmentos técnicos-científicos (sociólogos, antropólogos, economistas, etc.).

Espero ainda que seja dada ênfase ao tratamento do desenvolvimento urbano do DF. Que se possa introduzir elementos novos a esse desenvolvimento.

Está emergindo uma nova metrópole em Brasília, que precisa ser articulada em suas partes. Essa metrópole, no meu entender, deve ser profundamente estudada.

Orlando: participação é privilégio

Acredito que a participação do IAB-DF no Conselho de Arquitetura e Urbanismo deve ser realmente um canal por onde os arquitetos da cidade, como categoria, participem das definições sobre o espaço físico do Distrito Federal. Esse desejo — como ficou evidente na presença massiva na Assembléia que elegeu nosso representante e na polêmica desencadeada com o anúncio da mudança da composição do Conselho pelo Governador José Aparecido — é o desejo de parcela significativa dos arquitetos de Brasília.

A questão do CAU assume importância muito grande porque o Distrito Federal não tem sua representação política funcionando e não se vislumbra ainda a eleição direta do Governador e de um Legislativo local. Em 1986 teremos eleições para oito deputados federais e três senadores, o que significa que os problemas locais propriamente ditos — como os da habitação, transportes, educação, saúde, etc. — terão que procurar espaço num Congresso Nacional que estará preocupado fundamentalmente com a elaboração da nova Constituição do Brasil. Além disso, a circunstância de não se

elegerem deputados estaduais e vereadores transforma as primeiras eleições de Brasília num jogo profundamente marcado pelo poder econômico, onde as candidaturas populares terão grande dificuldade em afirmar-se.

Assim, creio que mesmo com a melhoria acentuada de sua composição, pelos nomes que o integrarão, mesmo com a participação do IAB-DF, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo continuará sendo um organismo afastado da grande maioria da população, aquela que tem os maiores problemas, a que é mais sofrida. Com o advento da eleição direta para governador e de um Legislativo local, o Conselho poderá adquirir um papel mais adequado, como órgão técnico e consultivo. Antes disso, a presença de um representante dos arquitetos da cidade será, queiramos ou não, um privilégio. Que poderá ser bem aproveitado se contribuir para acabar com os privilégios em relação à participação popular nas questões urbanas.

Orlando Cariello Filho

Paulo Zimbres

OPINIÃO DO ARQUITETO

Sobre o Mastro da Bandeira

Falam em derrubar o mastro. Sim o mastro da bandeira da Praça dos Três Poderes, símbolo maior do ufanismo tolo impingido pelos governos militares ao povo brasileiro. E tal proposta, totalmente inverossímil a pouco tempo atrás, não parte de agitadores culturais ou grupos de esquerda. É oficial, proclamada por Oscar Niemeyer com todo respaldo do governador José Aparecido.

O gigantesco monstro de aço, estaria empanando o brilho e a harmonia cartesiana da Praça dos Três Poderes, quebrando com sua verticalidade o equilíbrio sereno de um dos cartões postais da cidade, que fizeram nossa arquitetura conhecida e aclamada internacionalmente.

Sem dúvida, não há nada que recomende a permanência do mastro, se o avaliarmos à luz de critérios essencialmente estéticos. Entretanto é evidente a todos, a questão ideológica que o referido encerra, como símbolo

do autoritarismo que durante 21 anos assolou com maior virulência do que o "normal" a nação.

Sendo assim, convém levantar algumas questões que envolvem a derrubada do mastro. A primeira delas, diz respeito a prioridade. Frente à uma realidade urbana, repleta de problemas de habitação, saneamento, transporte, educação, etc..., será realmente prioritária a derrubada do mastro? Não será melhor aplicar este "dinheirinho" na construção de algumas casas ou de uma escola? A segunda refere-se a participação da comunidade. A população já foi consultada se deseja ou não a derrubada do mastro? Se a julga importante e necessária?

A terceira questão um pouco mais controvertida, diz respeito ao registro espacial da história de nossa sociedade. Registro este que sempre reflexo, em se tratando de monumentos e obras públicas, das ideologias

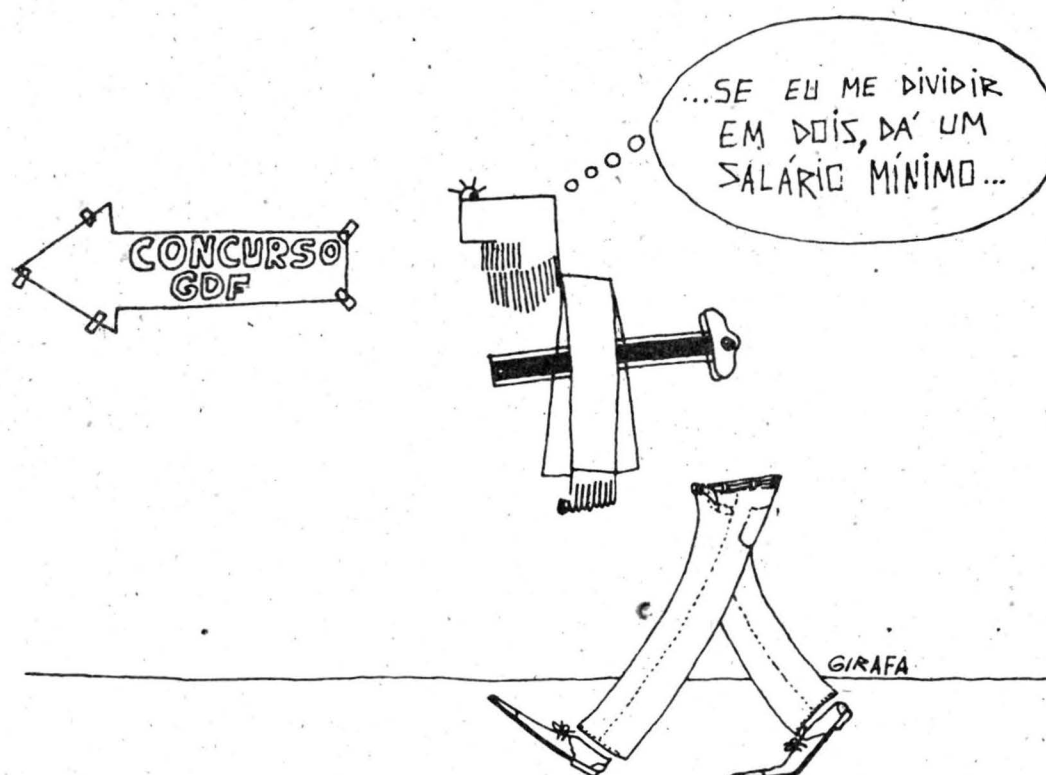
dominantes. Se passarmos a propor a derrubada de todos os monumentos e símbolos, de caráter autoritário, certamente iremos passar grande parte de nosso tempo demolindo-os. E sem dúvida poremos abaixo, obras hoje em dia consideradas de relevante valor histórico, não como símbolos da autoridade, mas como representativas de manifestações estéticas e culturais de outras épocas.

É importante um debate amplo sobre a questão do mastro, entre outras que tem marcado o recente retorno de Oscar Niemeyer a Brasília. Posturar emotivo e precipitado, podem levar a atitudes semelhantes a de Rui Barbosa. Que ao queimar os arquivos da escravidão, negou as gerações futuras, o conhecimento de páginas dolorosas, mas importantes de nossa história.

Luiz Philippe Peres Torelly

GDF X ARQUITETOS

Por que não se cumpre a Lei?



Na Fundação Hospitalar, o Salário Mínimo Profissional passou a ser cumprido após gestões dos Sindicatos de Arquitetos e Engenheiros, mas apenas com a aplicação do índice de 15 por cento de reposição salarial concedida a todos os servidores após a greve dos trabalhadores da saúde de junho. Isto é, a FHDF, na prática, não reconheceu que o SMP era devido desde maio passado, quando foi fixado seu valor atual, pois nesse caso a reposição deveria ser aplicada sobre o piso salarial legal, pelo menos. Na Fundação Educacional, o problema foi remetido ao Conselho de Política de Pessoal do DF e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, segundo informou o Diretor Executivo, professor Fábio Bruno. Pelos cálculos realizados, o cumprimento da Lei custaria aos cofres da Fundação em torno de Cr\$ 30 milhões, numa folha de pagamento cujo valor total ascende a mais de Cr\$ 40 bilhões.

Na NOVACAP algumas faixas de salários ficaram novamente abaixo do Salário Mínimo Profissional após o mês de maio, e novamente o cumprimento da Lei fica submetido a demoradas gestões com o Conselho de Política de Pessoal. Na CODEPLAN, a Direção da Empresa comunicou ao SADF que pretende pagar o SMP com a implantação do novo Plano de Cargos e Salários, mas enquanto esse Plano não vem também se des-

cumprir solenemente a Lei, como se ela fosse de brincadeira. Em diversos outros órgãos a situação é semelhante e seus novos dirigentes chegam a sugerir, em "off", que os arquitetos entrem com ações judiciais para que seja pago o piso salarial e contornada a interminável burocracia.

Na verdade, há dois tipos de problemas: na Administração Direta, o Governo (e não só o GDF) continua a apoiar-se no Decreto-Lei 1.820, que "desobriga" os órgãos públicos de cumprir o SMP, ainda que se fale repetidamente em varrer o "entulho autoritário". Quanto a isso, o Departamento Jurídico do SADF está preparando estudo sobre a obrigatoriedade de ser atendida a Lei 4.950-A/66, pelo menos no que diz respeito aos arquitetos e engenheiros contratados pelo regime da CLT.

Nas empresas e fundações não há desculpa: são todas obrigadas a cumprir a Lei (é bom que se reafirme), não sendo justificativa plausível o embaraço burocrático do Conselho de Política de Pessoal e outros meandros. A solução definitiva o GDF já sabe qual é: a Reforma Administrativa do Complexo, uniformizando todos os salários da Administração Direta ou Indireta, a desvinculação do DASP e o nivelamento por cima, no mínimo de acordo com os maiores salários pagos. E isto não só para os arquitetos, mas para todo o

funcionalismo. Mas essa reforma não será rápida, e antes disso, o primeiro passo para o reconhecimento do valor do trabalho dos arquitetos é o respeito às suas conquistas econômicas.

O problema salarial no Governo do Distrito Federal está cada dia mais grave, apesar da mudança de Governo. Na Administração direta, com todas as gratificações e com o reajuste deste meio de ano, as referências iniciais dos arquitetos e engenheiros, situadas no nível NS-5, encontram-se aproximadamente 20 por cento abaixo do Salário Mínimo Profissional, que hoje é de Cr\$ 2.831.520. O Sindicato fez alguns contatos com o Secretário de Viação e Obras, arquiteto Carlos Magalhães, visando a alertar o GDF para o problema, mas até agora, de concreto, nada aconteceu.

No 2º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA será discutida a ofensiva dos arquitetos para o cumprimento da Lei, pensando-se em ampla campanha pública, mobilizações da categoria juntamente com os engenheiros e uma saraivada de ações na Justiça do Trabalho contra o GDF e o Governo Federal, além das empresas privadas. O aviltamento da remuneração não atinge só aos que o sofrem diretamente, mas a toda a profissão.

A Carta Aberta ao Governador

No final de maio, o Sindicato dos Arquitetos do DF levou ao Governador José Aparecido uma Carta Aberta em que colocava diversas preocupações da categoria e considerações sobre os problemas profissionais e o tratamento dos problemas urbanos locais. O Tribuna Livre publica agora, na íntegra, o documento, que na oportunidade de sua divulgação provocou grande repercussão na imprensa.

Brasília, 20 de maio de 1985

Excelentíssimo Senhor
Doutor JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
DD. GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Senhor Governador,

Com a definição do nome de Vossa Excelência para governar o Distrito Federal e o anúncio das primeiras medidas políticas e administrativas de sua gestão, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dos problemas urbanos, o Sindicato dos Arquitetos do DF julga oportuno apresentar-lhe, nesta Carta Aberta, algumas considerações e expectativas apoiadas em inúmeras manifestações de nossa categoria através de suas entidades representativas locais — além do próprio SADF, o Departamento de Brasília do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Desde a inauguração da Nova Capital, sua população vem sendo alijada das decisões sobre si própria e a Cidade, a pretexto de que o Poder, sediado em Brasília, deve ser resguardado das pressões populares. A marginalização dos habitantes do DF consubstanciou-se na virtual cassação de sua cidadania, na usurpação total do direito de votar e ser votado, de eleger seus governantes e seus representantes, como uma manifestação extrema do flagelo antidemocrático que se abateu sobre o povo brasileiro de um modo geral. Em consonância com aquela situação, o processo de administração da Cidade foi profundamente marcado pelo autoritarismo, centralizando-se em torno de governantes todo-poderosos e de autoridades que se colocavam acima de qualquer julgamento.

A recente aprovação pelo Congresso Nacional de emenda à Constituição estabelecendo a representação política para o Distrito Federal a nível da Câmara dos Deputados e do Senado, redimiu, em parte, a injustiça de 25 anos contra a população de Brasília. Mas pesa, ainda, sobre os habitantes do DF, parte do entulho autoritário que está por ser removido e continua na ordem do dia a reivindicação da autonomia política, do direito da população de Brasília eleger seus governantes e de constituir um legislativo local, igualando-se aos demais brasileiros.

Plenamente identificado com o povo do Distrito Federal, o Sindicato dos Arquitetos do DF reafirma seu integral apoio a essa justa aspiração, que precisa, urgentemente, ser atendida.

O Sindicato dos Arquitetos manifesta, ainda, a expectativa de que, nas condições institucionais ainda desfavoráveis, o novo Governo venha a aproximar sua ação dos anseios da grande massa dos habitantes do Plano Piloto e das cidades-satélites, ado-

tando de fato uma linha de permanente consulta à população e criando canais efetivos para a participação popular. De outra forma não será possível tratar eficientemente os problemas da habitação, do transporte urbano, da saúde, da educação e tantos outros que afligem à comunidade. Nesse sentido, mostra-se necessário repensar e rediscutir o papel, as atribuições e a composição do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), de forma que a população venha a ter acesso, realmente, às questões ali tratadas.

Vivendo e trabalhando nas condições políticas até aqui impostas a todos os habitantes do DF, os arquitetos jamais se conformaram com a gestão autoritária da Cidade e tem, reiteradamente, advertido os governantes de que nenhuma solução técnica, por mais genial, pode ser imposta de cima para baixo à população.

Os arquitetos somam hoje, no Distrito Federal, cerca de 1.500 profissionais — grande parte deles formada na própria Universidade de Brasília. Eles trabalham no Governo do DF, na Administração Federal nas empresas estatais ou privadas, na Universidade ou em atividade autônoma, muitas vezes submetidos a condições de exercício profissional extremamente precárias, quando não indignas, e a remunerações em certos casos humilhantes, num mercado de trabalho cujo estreitamento acentuou-se bastante nos últimos anos em virtude da política econômica recessiva do Governo anterior.

Nas duas últimas décadas, também os arquitetos estiveram cerceados no propósito de dar sua melhor contribuição profissional ao desenvolvimento de Brasília e à melhoria da qualidade de vida de sua gente, sujeitos ao arbítrio, à prepotência e, não raro, à ignorância e à estreiteza de espírito característicos do regime que se espera encerrado em 15 de março. Mas este Sindicato tem absoluta convicção de que, tanto por seu trabalho quanto por suas manifestações como cidadãos, os arquitetos de Brasília demonstraram nesse período competência, coragem, maturidade e elevada consciência profissional e política.

O conhecimento técnico dos arquitetos de Brasília sobre os problemas da região, sua experiência, sua vivência prática das questões urbanas e sua ligação com a Cidade constituem acervo que deve, necessariamente, ser levado em conta quando se programa tratar de maneira nova, democrática e realista, o espaço habitado do DF. A expectativa dos arquitetos é de que o novo Governo do DF reconheça o valor deste imenso potencial técnico e criativo e o aproveite de forma ampla, efetiva, bem como à imena disposição de trabalho que o acompanha.

O reconhecimento do trabalho do arquiteto precisa começar no âmbito do próprio GDF, certamente o maior empre-

gador da categoria em Brasília. Os profissionais que aí trabalham assume, perante a Cidade, as mais pesadas responsabilidades e, contraditoriamente, percebem salários quase simbólicos que hoje situam-se na faixa de um terço do piso estabelecido pela Lei 4.950-A/66. Há inúmeras outras irregularidades com relação a atribuições profissionais, contratos de trabalho, etc., que são motivo de permanente inquietação e de sistemática denúncia por parte do Sindicato dos Arquitetos. O SADF renova, nesta oportunidade, a reivindicação de que essas injustiças sejam reparadas.

Os arquitetos esperam também a realização de concursos abertos de arquitetura para a escolha de projetos de edifícios, obras públicas ou monumentos que, pelas suas características, não constituam trabalhos rotineiros. Esse procedimento democratiza as oportunidades de trabalho, estimula o debate e favorece a originalidade de soluções para cada programa. Constitui uma prática internacionalmente consagrada, com normas estabelecidas pelas entidades de classe, e não é demais lembrar que o próprio Plano Piloto de Brasília foi escolhido por concurso público.

É inegavelmente positiva a disposição de Vossa Excelência, divulgada pela imprensa, de buscar a contribuição do Departamento de Brasília do Instituto de Arquitetos do Brasil e da Universidade de Brasília e, sobretudo, a disposição de ouvir a comunidade antes de definir soluções para os seus problemas.

O retorno de Oscar Niemeyer a Brasília, convidado a assessorar o Governo do Distrito Federal nas questões relativas à arquitetura e ao urbanismo, é, também, um acontecimento da maior importância para a Cidade, que reconquista a participação efetiva de um de seus maiores entusiastas, do pioneiro e do arquiteto de talento mundialmente reconhecido, cuja obra identifica de forma marcante a Nova Capital. Da mesma forma vê-se a colaboração de outros profissionais de inquestionável competência que estão sendo convocados pelo novo Governo do DF para trabalhar na Cidade.

O Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal espera que Vossa Excelência receba as considerações e as proposições contidas nesta Carta Aberta como expressão da inquietação de nossa categoria diante dos problemas de Brasília e de seu povo e como uma contribuição sincera e honesta ao novo Governo do DF.

Cordialmente,

ORLANDO CARIELLO FILHO
Presidente

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
Diretor

O Código de Edificações do DF

A arquitetura e o urbanismo estão abertos à análise como qualquer outro ponto da realidade da cidade. Por conseguinte a crítica pode ser um elemento criador e apurador da expressão e formas de uso da mesma.

Uma sociedade ao definir seu urbanismo define-se a si própria, estabelecendo formas de existência coletiva. Daí a importância da participação da população nas discussões sobre a cidade.

A complexidade e eventuais contradições na expressão arquitetônica exigida hoje pelo Código de Edificações de Brasília merecem uma análise e discussão, pois refletem incoerências e arbitrariedades.

Para exemplificar melhor tomemos como exemplo (entre tantos), um caso específico: o dos edifícios comerciais dos SCLN (comércio entre quadras Norte). Segundo as normas definidas para o Setor, a área térrea destina-se a lojas, e os pavimentos superiores (sobreloja e 1º pavimento) para salas comerciais. No entanto o que vemos? Na prática, o uso dos pavimentos superiores é de habitação. Os projetos são aprovados com destinação para salas, mas a utilização efetiva se dá como moradia. Advém daí consequências comprometedoras nos vários aspectos:

- 1— As normas do Código para Habitação exigem elementos de uso como dimensionamento e diferenciação de cômodos, aberturas para ventilação, acessos, etc... que obviamente diferem daqueles exigidos para salas comerciais.
- 2— O cálculo de vagas para estacionamento para atividade de comércio é distinto daquele para unidades residenciais.

Poderíamos seguir enumerando muitos aspectos, mas em se tratando de apenas um exemplo, os dois acima são suficientes para uma preliminar avaliação das possíveis consequências decorrentes da ausência de uma visão mais realista das necessidades da cidade: em razão direta do primeiro aspecto supra citado vê-se uma pia transformar-se em cozinha, janelas transformarem-se em varais, e sacadas com máquinas de lavar transformando-se em áreas de serviço, além de termos salas comerciais funcionando lado a lado com residências. Quanto ao segundo aspecto o que assistimos são vias que foram definidas e dimensionadas para circulação fluida e com vagas ocupadas por curtos períodos suportando hoje acúmulo de veículos de permanência gerando constantes problemas de circulação.

O que se tenta colocar é que os problemas de uma cidade são complexos e que as soluções urbanísticas a nível de setor (conceito visto por alguns como genérico), têm repercussões que se traduzem no interior do edifício e que acabam se refletindo em um comportamento.

Como esse exemplo do SCLN, poderíamos ter abordado o das normas definidas para "Habitações tipo econômicas", conceito definido para atender à população de baixa renda, que hoje normatiza os espaços de grande parte do Plano Piloto (o metro quadrado mais caro do país).

No fundamental percebe-se que é necessário que se repense, se adeque o Código de Edificações de Brasília. E para que esse repensar frutifique e traduza as reais necessidades da cidade, que ocorra de uma forma democrática.

O urbanismo como prática total implica na unidade dos fins e dos meios. Sem uma percepção clara deste fato corre-se sempre o risco de cair nos erros que são produto de uma visão parcial da realidade urbana.

Regina Fittipaldi

Salário Mínimo Profissional

Com a fixação do novo Salário Mínimo em Cr\$ 333.120, passam a ser o seguinte os pisos de remuneração dos arquitetos e engenheiros, conforme a lei 4.950-A/66:

Jornada de 6 horas $333.120 \times 6 = \text{Cr\$ } 1.998.720$
Jornada de 8 horas $333.120 \times 8.5 = \text{Cr\$ } 2.831.520$

Os empregadores, de acordo com a lei, estão obrigados a pagar no mínimo os valores acima. Caso você esteja com salário inferior ao piso, procure o Sindicato.



IMPERMEABILIZAÇÕES
REVESTIMENTOS ESPECIAIS
JUNTAS DE DILATAÇÃO
ISOLAMENTOS TERMICOS
PISOS INDUSTRIAIS
PISTAS ESPORTIVAS
RECUPERAÇÕES ESTRUTURAIS
ESTAÇÕES DE TRATAMENTO
D'ÁGUA
BARRAGENS
SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS



ISOTERMA

MAIOR KNOW HOW BRASILEIRO NO EXTERIOR

SÃO PAULO — SP
AV. PACAEMBU, 1738
01234 — TEL: PABX (011) 262-3222
TELEX: (011) 32573 — ISOT BR

BRASÍLIA — DF
CLRN Q. 704 — BLOCO F LOJA 32
70.730 — TEL: 223-2744
TELEX: (061) 2284 ISOT — BR
BRASIL